



BOAS PRÁTICAS

Má conduta exposta na vitrine

Site que publica comentários, na maioria anônimos, sobre o conteúdo de artigos científicos consolida-se como plataforma de denúncia de desvios éticos

Criado há 11 anos como um fórum na internet para discussão do conteúdo de artigos científicos, o site PubPeer consolidou-se como uma vitrine de denúncias de má conduta científica. Sua influência ficou evidente no caso que levou à demissão do reitor da Universidade Stanford, o neurocientista Marc Tessier-Lavigne, em meados de julho. Os primeiros indícios de manipulação de imagens em vários artigos publicados pela equipe do reitor foram apontados em comentários no PubPeer a partir de 2015, e ganharam repercussão depois que um repórter de um jornal estudantil de Stanford compilou-os em uma reportagem no ano passado. Uma investigação feita pela universidade concluiu que o dirigente não participou da manipulação nem teve conhecimento das fraudes antes da publicação dos artigos, mas o fato de ele não ter se empenhado em retratar os artigos assim que soube dos problemas foi criticado pelos investigadores e essa inação selou sua saída. “Concordo que em alguns casos eu deveria ter sido mais diligente ao buscar correções e lamento não ter feito isso”, escreveu Tessier-Lavigne, em sua carta de renúncia.

Quem acompanha a trajetória do PubPeer não se surpreendeu com o desfecho em Stanford. Em 2016, um software capaz de identificar erros estatísticos em

artigos científicos analisou cerca de 50 mil trabalhos publicados em revistas de psicologia e divulgou no PubPeer seus resultados, para constrangimento de milhares de autores. No ano seguinte, a revista *Nature* revogou um prêmio que havia concedido ao bioquímico espanhol Carlos López-Otín em reconhecimento a seu trabalho como mentor de jovens pesquisadores, depois que nove artigos de seu grupo da Universidade de Oviedo foram retratados por evidências de manipulação de imagens – os indícios foram apresentados no PubPeer. Recentemente, sete artigos de Gregg Semenza, pesquisador da Escola de Medicina Johns Hopkins, nos Estados Unidos, vencedor do Nobel de Medicina ou Fisiologia de 2019, foram retratados por manipulação de imagens – os problemas também vieram à tona na plataforma.

Qualquer artigo publicado em uma revista científica pode ser alvo de comentários no PubPeer. Na prática, a plataforma promove um tipo de escrutínio análogo à revisão por pares após a publicação dos estudos, por meio da qual leitores podem apontar sinais de erros ou de má conduta. Os revisores podem ou não se identificar. Segundo os criadores do site, cerca de 90% das análises postadas são anônimas e o PubPeer não guarda informações sobre esses usuários propositalmente. “Consideramos que é só uma questão de tempo até que informações de usuários vazem de alguma forma. A única proteção certa é nunca saber informações que não desejamos ver expostas”, explicaram os responsáveis, ao anunciarem uma reformulação técnica do site, promovida em 2017.

O caráter incógnito das denúncias já rendeu pelo menos uma grande dor de cabeça jurídica para o PubPeer, mas o site saiu fortalecido. Em 2016, Fazlul Sarkar, oncologista da Universidade Wayne, nos Estados Unidos, que teve 13 artigos retratados por manipulação de imagens, processou o PubPeer e exigiu que fosse revelada a identidade dos indivíduos que apontaram os problemas em seus trabalhos – alegou que estava mudando de emprego na época das denúncias e elas abortaram sua transferência para a Universidade do Mississippi. Um tribunal no estado de Michigan considerou que as denúncias anônimas eram protegidas pela legislação.

Nos primeiros anos do PubPeer, seus próprios criadores também se mantiveram anônimos e a plataforma era cercada por uma aura clandestina. Os fundadores só se revelaram em 2015: o site já ganhara prestígio e eles decidiram que era hora de buscar financiamento para expandir as atividades. O neurocientista norte-americano Brandon Stell, pesquisador da Universidade Paris Descartes, na França, anunciou que era o principal responsável pela iniciativa, realizada com o apoio de dois irmãos, seu ex-aluno Richard Smith e George Smith, que trabalha com desenvolvimento de sites. O neurocientista Boris Barbour, da mesma universidade francesa, e o advogado Gabor Brasnjo, que tem um escritório em São Francisco, nos Estados Unidos, uniram-se também ao time depois que o PubPeer foi criado.

Na época, Stell contou à revista *Science* que a ideia do PubPeer remontava aos seus tempos de graduação na Universidade do Colorado em Boulder, Estados Unidos, onde frequentava reuniões de pesquisadores e estudantes em que artigos publicados em periódicos eram discutidos e dissecados. Ele se inspirou nessa experiência para criar um clube de discussões virtual, aberto à contribuição de qualquer pessoa, com a ambição de acelerar o processo de correção da ciência. O site cresceu e deu origem à The PubPeer Foundation, sediada na Califórnia, e financiada por uma organização filantrópica mantida pelos bilionários John e Laura Arnold.

A plataforma pede aos usuários que os comentários postados se atenham a informações concretas e que possam ser verificadas publicamente. Veda expressamente a disseminação de boatos. “Alegações de má conduta são proibidas no PubPeer”, informa o site aos usuários. “De qualquer forma, elas são desnecessárias. O público é composto principalmente por pesquisadores altamente inteligentes. Eles são perfeitamente capazes de tirar suas próprias conclusões se os fatos forem claramente apresentados.”

Não se imagine que todos os comentários postados no site sejam fidedignos. A repórter Denise-Marie Ordway, que trabalha no site *The Journalist’s Resource*, entrevistou três jornalistas que utilizam o PubPeer como fonte de informação e enumerou recomendações para lidar com as denúncias de forma responsável. A mais importante é compreender que as informações são apenas indícios e é necessário confirmá-las em investigações detalhadas. “Você precisa tratar as postagens anônimas no PubPeer da mesma forma que lidaria com postagens anônimas de qualquer tipo”, disse Charles Piller, um dos entrevistados, que escreve para a revista *Science* e é um dos fundadores de uma ONG de jornalismo investigativo chamada Center for Public Integrity. O primeiro cuidado que Piller toma é o de submeter as suspeitas levantadas nos comentários a especialistas em integridade científica: “Você não tem como saber de antemão se o denunciante tem alguma motivação oculta”.

Stephanie Lee, repórter da revista eletrônica *The Chronicle of Higher Education*, diz que recorre à plataforma sempre que vai escrever sobre um pesquisador ou um grupo cujo trabalho interessa a ela. “É o primeiro lugar aonde vou para saber se já foram levantadas questões sobre os cientistas”, explicou. Ela teme, contudo, o estrago que denúncias podem causar à reputação de pesquisadores. “Mostre evidências”, aconselha. “Acho melhor deixar as evidências falarem por si.” Julia Belluz, correspondente do site *Vox*, ressaltou o papel que o PubPeer cumpre no processo de correção de registros científicos. “Sabemos que a revisão por pares pode não detectar erros ou fraudes em artigos antes de sua publicação. O PubPeer é um lugar onde cientistas denunciam pesquisas problemáticas.” ■

Fabrizio Marques

Um freio no exagero das edições especiais

O Comitê de Ética em Publicações (Cope), fórum de editores de revistas científicas sediado no Reino Unido que trata de questões de integridade, lançou um documento com recomendações para enfrentar um crescente foco de má conduta: a proliferação exagerada de números especiais de periódicos. Essas edições são organizadas por editores convidados, não vinculados ao organograma das publicações, costumam tratar de tópicos específicos de pesquisa e são usadas para multiplicar as receitas de editoras. Frequentemente, contudo, são acusadas de publicar conteúdo de baixa qualidade e, em alguns casos, até de perder o controle sobre o processo de revisão por pares, manipulado por fraudadores.

De acordo com o Cope, as práticas de publicação das edições especiais expõem a riscos, como a ocorrência de fraudes, manipulação de citações, conflitos de interesses financeiros, entre outros problemas. Embora de forma velada, o

documento critica os abusos de editoras que publicam uma quantidade exagerada de edições especiais. “Publicar um grande número de coleções de artigos editados por convidados pode levantar preocupações sobre a independência, imparcialidade e credibilidade da revista. [...] O número das coleções editadas por convidados não deve exceder uma quantidade que possa ser razoavelmente supervisionada pelo editor-chefe, conselho editorial e equipe da redação”, informou o texto apresentado pelo Cope. O documento não menciona casos específicos, mas um dos mais rumorosos envolve a editora MDPI, sediada em Basileia, na Suíça, hoje a quarta maior editora científica do mundo. Em 2023, seus dois principais títulos, *Sustainability* e *International Journal of Molecular Sciences*, programaram cada um a publicação de cerca de 3,5 mil edições especiais – nove edições por dia (ver Pesquisa FAPESP nº 327).

A maioria das recomendações funciona como um checklist para que editoras

se cerquem de cuidados na hora de selecionar os editores convidados. Algumas sugestões soam redundantes, como a de que os editores-chefes devem verificar a identidade dos editores e a autenticidade de seus e-mails e telefone, antes de lhes atribuir a responsabilidade de organizar um número especial. É que já houve casos em que esse cuidado não foi tomado. Uma investigação da Universidade Politécnica de Hong Kong (PolyU) descobriu que a conta de e-mail de um de seus alunos de pós-graduação era usada de forma fraudulenta por um pesquisador de outra universidade – ele se apropriava da identidade do estudante para atuar como coordenador de edições especiais de dois periódicos científicos da editora Hindawi e publicar artigos fraudulentos. A Hindawi anunciou a suspensão da publicação de edições especiais depois que a Clarivate Analytics puniu, em abril, 19 revistas da empresa por suspeita de práticas desonestas, cancelando a divulgação de seu fator de impacto.

Desvio ético em estudo sobre melanoma

Um importante centro de pesquisa oncológica da Austrália está às voltas com um caso de má conduta científica. Uma investigação interna concluiu que um estudo sobre melanoma conduzido no Peter MacCallum Cancer Center, em Melbourne, descreveu um experimento que, provavelmente, jamais foi realizado. O artigo, publicado em abril de 2016 no *Journal of Clinical Oncology*, foi coordenado pelo imunologista Mark Smyth, que trabalhou no centro durante 13 anos. O estudo analisou o caso de uma mulher de 39 anos que teve melanoma com metástase nos ossos. Ela recebeu dois tipos de anticorpos, o ipilimumab e o denosumab, e teve boa recuperação: os tumores regrediram e a dor óssea desapareceu. Para avaliar em detalhes o efeito obtido, a combinação dos anticorpos foi aplicada em camundongos com melanoma e, segundo as conclusões do artigo, também se revelou eficaz. Essa segunda etapa em modelo animal, contudo, não tem sustentação. A nota de reatuação do artigo menciona os resultados de uma investigação externa que não encontrou correlação entre o número de roedores alegadamente usados na pesquisa e os registros oficiais de utilização de animais. “No balanço das possibilidades, é improvável que as experiências mostradas tenham sido realmente realizadas”, diz a nota. Enquanto trabalhava na instituição em Melbourne, Smyth recebeu quase 17 milhões de dólares australianos, o equivalente a R\$ 54 milhões, em financiamento público para nove projetos de pesquisa. O nome do oncologista esteve ligado recentemente a um outro escândalo no QIMR Berghofer Medical Research Institute, em Brisbane, onde ele foi trabalhar depois que saiu de Melbourne, mas foi demitido no ano passado. Em abril, uma investigação concluiu que ele fabricou dados de pesquisa usados para lastrear pedidos de financiamento e protocolos de ensaios clínicos. Procurado pelo jornal *The Sydney Morning Herald*, Smyth não quis se pronunciar.